

Cooficializações de línguas no Brasil em análise: o caso do Talian

Dayse Rodrigues dos Santos¹
Milan Puh²

RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar um documento legislativo da cooficialização da língua Talian. Trata-se de um estudo de caso cujo objeto de análise é Ata nº 04/2009 da audiência pública para sua cooficialização em Serafina Corrêa-RS em 2009, a qual foi colocada em perspectiva sob a ótica teórico-metodológica da Análise de Conteúdo (AC), com análise e discussão de dados posterior sob Análise de Discurso (AD). A escolha desta ata como *corpus* se deve ao fato de terem sido identificados poucos estudos analíticos sobre documentos oficiais que constituem o processo de cooficialização de uma língua brasileira. Enquanto resultados, por meio da AC, chegamos a categorias que representavam os principais tópicos voltados para questões de manutenção da cultura italiana, cooficialização do Talian e força política. Já em um segundo momento, por meio da interpretação discursiva e ideológica, sugere-se que sociedade, língua e política são os elementos centrais que sustentaram a argumentação discursiva para/pela cooficialização do Talian.

PALAVRAS-CHAVE:

Políticas linguísticas;
Análise de conteúdo;
Análise de discurso;
Ata de audiência pública;
Cooficialização de línguas;

¹ Doutoranda em Estudos linguísticos e literários em inglês pela Universidade de São Paulo. Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. Especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande. Licenciada em Letras Português e Inglês pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões e em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria.

² Graduado em História pela Universidade de São Paulo (2019). Pós-doutorado pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (2018). Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2017), orientado pelo prof. dr Valdir Heitor Barzotto. Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2012), com o mesmo orientador.

1 Introdução

Nossa interpretação e análise estão concentradas em duas bases teórico-metodológicas na área de ensino de línguas e políticas linguísticas, nas linhas adotadas na disciplina e que se mostraram apropriadas para o estudo do processo de cooficialização de uma língua constituída no Brasil - o Talian³. Assim, pelos limites deste artigo, não podemos fazer a análise de todos os gêneros discursivos que compõem o processo de cooficialização do Talian. Logo, escolhemos apenas a primeira ata por ser o documento público inicial e que legitima o interesse público.

No intuito de contextualizar o local no qual a ata foi produzida, falaremos brevemente sobre o município. Situado no nordeste do estado do Rio Grande do Sul e distante 220km da capital Porto Alegre, Serafina Corrêa⁴ é um município emancipado em 1962, contendo uma população de aproximadamente 14 mil pessoas em 2009. A taxa de escolarização do Ensino Fundamental era quase 98%, ainda baixa se comparada à região imediata. São vários monumentos relacionados à Itália, como as construções réplicas e os religiosos (católico), que movimentam o turismo na cidade. O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita era de até 1/2 salário mínimo em 2010, o que “o colocava na posição 463 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 5529 de 5570 dentre as cidades do Brasil” (IBGE, 2010). Como podemos observar, Serafina Corrêa tinha índices de trabalho e renda muito baixos se comparada a outros municípios, bem como a escolarização de 6 a 14 anos. Boa parte da população tinha preocupações mais imediatas de qualidade de vida, emprego, renda e saúde. Entretanto, um seletor grupo socialmente privilegiado optou por movimentar a máquina pública em prol de um reconhecimento linguístico.

Nesse sentido, entendemos que as políticas linguísticas, em sentido amplo, são formas sociais significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos (MAY, 2015). As

³ Este artigo é fruto dos estudos realizados na disciplina XXXXXXXXXXXXXXXX, ofertada em 2023, pela XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Dentre os conteúdos previstos na ementa, destacamos as “análises de estudos de caso na área de ensino de línguas a partir da Análise do Discurso e inseridas contexto de políticas linguísticas: documentos oficiais, ensino comunitário, documentos escolares” (XXXXXX, 2023, p. 2), acrescido da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977).

⁴ Dados retirados do censo do IBGE em 2010.

práticas linguísticas, crenças e gerenciamento dos grupos sociais - desde familiar à transnacionais, são o tripé da política linguística, tal como constata Spolsky (2004). Assim, uma vez que documentos legisladores-regulamentadores são criados vislumbrando a transposição das práticas linguísticas da comunidade, juntamente com as ideologias (AJSIC, McGROARTY, 2015) para gestão pública ou planejamento linguístico, as decisões governamentais acabam sendo relacionadas às línguas, seja por força legal, motivação ou influência (FISHMAN, 1977).

Levando em consideração essa interligação entre políticas linguísticas e gestão pública por meio da produção documental que representa parte das decisões governamentais referentes às línguas, o objetivo é analisar a ata que inicia o processo de cooficialização do Talian no município de Serafina Corrêa-RS, que representará aqui também um exemplo a ser tomado enquanto estudo de caso para refletirmos sobre o assunto e oferecermos mais meios de abordagem analítica ao público leitor. Isso será feito por meio da Análise de Conteúdo (AC) e da Análise de Discurso (AD), uma vez que Bardin (1977), na parte IV do livro homônimo, propõe a AD como estratégia de exploração dos resultados, o que para nós representa uma vantagem analítica, pois a documentação em um processo de cooficialização linguística costuma ser grande com produção de bastante texto (e, portanto, ideias e argumentos). Assim, o objeto de estudo constitui-se da Ata nº 04/2009 da audiência pública, que culminou no Projeto de lei nº 098/2009 e na Lei nº 2615/2009. Pensamos que a escolha desta ata se justifica por se tratar de uma das etapas de cooficialização de uma língua brasileira na qual a população geralmente é consultada para um possível projeto de lei, bem como por ter sido esse um dos processos pioneiros no contexto brasileiro. O ineditismo deste artigo se dá pelo fato de como não terem sido encontradas pesquisas sobre os documentos utilizados para cooficialização⁵ de línguas ou sobre o modo como se constituem, muito embora já haja 22 línguas até 2022 segundo dados do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL).

A classificação que propomos é de pesquisa qualitativa, porque representa um modo de compreender cientificamente o que está acontecendo em determinado contexto (BICUDO, 2006), sendo o cenário de línguas cooficializadas pouco explorado⁶, como afirmamos acima, em termos de entendimento e visão crítica dos efeitos que a sua implantação tem nos municípios⁷ e especialmente, do modo como o processo todo se concretiza. O nosso trabalho se insere exatamente aqui, na

⁵ Conforme a revisão de literatura para a língua Talian feita por Comiotto (2021).

⁶ Existem pesquisas como a de Yu, Welter e Berger (2017) ou de Mayworm (2021) que trazem uma análise das condições e condicionantes nas quais o processo de cooficialização se deu, reforçando os aspectos positivos do movimento plurilíngue brasileiro que essa luta legalista integra, porém ainda assim, não olham para o modo como o processo se deu.

⁷ Novamente, foram encontradas pesquisas (SILVA, 2016) que objetivam abordar a implementação das cooficializações, mas que oferecem um olhar mais panorâmico sobre a temática e/ou a partir de fontes secundárias (referindo-se a pesquisas de outrem).

construção de uma abordagem da discussão pública entre agentes envolvidos e da produção documental legislativa que acontece após e a partir da produção do inventário linguístico. Dentro do escopo dessa abordagem, classificamos este estudo como documental, uma vez que exploramos uma fonte primária, o documento, por meio de uma análise cuidadosa e que não passou ainda por tratamento científico (FONTANA; PEREIRA, 2023; KRIPKA ET AL, 2015; SÁ-SILVA, 2009). Nesse sentido, utilizamos como base teórica e epistemológica Bardin (1977) e Orlandi (2010), metodologia de AC Sousa e Santos (2020), e AD conforme Voese (2002) para elaborar e mostrar como a documentação referente a esse processo todo foi abordada.

Assim chegamos a nossos objetivos: a) oferecer ao leitor uma perspectiva analítica a partir da AC, incluindo a AD como análise de dados da ata legislativa; e b) contribuir com a área de estudos de cooficializações de línguas brasileiras, como o Talian. Para que estes dois objetivos possam ser alcançados, em seguida apresentamos o nosso referencial teórico, após o qual indicamos o percurso metodológico, acompanhado da análise do documento em questão. Finalizamos com a discussão dos dados obtidos durante a realização da pesquisa.

2 Referencial teórico

2.1 Análise de Conteúdo e Análise de Discurso enquanto pesquisas qualitativas

Esta pesquisa qualitativa lida com a análise e a estruturação de procedimentos metodológicos. Entretanto, “o produto final da análise de uma pesquisa [...] deve ser sempre encarada de forma provisória e aproximativa” (GOMES, 2007, p. 79), organizado de uma tal maneira que seja possível para futuras pesquisas entrarem em diálogo com ela (complementando, criticando, recontextualizando) e que o público leitor não a veja como algo hermético, fechado em si. Segundo Bicudo (2021), “a interpretação sempre é realizada mediante um diálogo entre quem investiga os dados construídos, as obras de autores referendados, o movimento espaço-temporal em que as ocorrências se dão” (BICUDO, 2021, p. 551). Portanto, neste artigo procuraremos construir um caminho analítico e interpretativo o mais transparente possível, indicando a quem nos lê de onde parte o nosso entendimento teórico e epistêmico e por onde caminharemos em termos metodológicos.

Dentro do contexto de pesquisas qualitativas feitas no Brasil, podemos citar o uso da AC em detalhes (GOMES, 2007; ROSSI et al, 2014; MENDES; MISKULIN; 2017) e como esse método tem se mostrado eficiente para estudos da linguagem com essa perspectiva. Proposto inicialmente pela francesa Laurence Bardin, que conceitua a Análise de Conteúdo, como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das

mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38), esclarecendo que se trata de um leque de instrumentos adaptável ao campo de pesquisa nas comunicações. Ela objetiva ultrapassar a incerteza e enriquecer a leitura, com funções heurísticas e de administração de provas, por meio de tratamento descritivo, ou seja, a intenção da AC é “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 1977, p. 38).

A sequência técnica da AC, proposta por Bardin e que trazemos aqui para fazer parte inicial do nosso arcabouço teórico-metodológico, envolve três grandes etapas, cada uma com sua(s) subdivisão(ões): 1) pré-análise – leitura flutuante, escolha dos documentos, (re)formulação dos objetivos e hipóteses, elaboração de indicadores e preparação do material; 2) exploração do material – criação das categorias; e 3) tratamento dos resultados - interpretação dos resultados. Segundo Bardin (1977), a primeira etapa objetiva “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1977, p. 95 [grifo da autora]). É nesse sentido que entendemos a relevância deste estudo por não haverem numerosas pesquisas promovendo reflexão e discussão sobre o fenômeno recente de cooficialização no Brasil a partir desse método, bem como a análise de ata enquanto elemento deste tipo de política.

Todo o processo começa na pré-análise, primeira etapa, por meio da leitura flutuante. É o contato inicial do pesquisador com o objeto de estudo. Em seguida, o pesquisador passa para a escolha dos documentos no intuito de formar seu corpus, definido como “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 1977, p. 96). Para delimitação adequada, Bardin recomenda algumas regras, como exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência⁸ para substancialidade do material de pesquisa. Ainda nesta etapa, há a elaboração dos objetivos e das hipóteses, isto é, “a finalidade geral a que nos propomos” (BARDIN, 1977, p. 98) e “uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova” (BARDIN, 1977, p. 98). Já a elaboração de indicadores diz respeito à “frequência deste termo de maneira relativa ou absoluta” (BARDIN, 1977, p. 100). Por fim, a preparação do material consiste no alinhamento dos enunciados intactos para padronização por equivalência.

A exploração do material, segunda etapa, é a “administração sistemática das decisões tomadas, [...] [que] consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p. 101). Nesse momento, devem-se criar as categorias, codificando-as conforme sua unidade de registro, de contexto e de enumeração, de modo a fornecer uma

⁸ Recomendamos a leitura das páginas 97 e 98 da edição de 1977 para a expansão dos conceitos.

“representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 1977, p. 119). Segundo Bardin (1977), as categorias devem possuir exclusão mútua homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade, produtividade para que sejam consideradas adequadas à AC.

A terceira e última grande etapa é o tratamento dos resultados e sua interpretação. Nesse momento, o pesquisador poderá “propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 1977, p. 101). A interpretação pode ser feita por meio de inferências, baseadas nas etapas anteriores. Há diferentes formas de tratamentos de resultados a critério do pesquisador: categorial (desmembramento do texto em unidades), de avaliação (carga avaliativa das unidades de significação), de enunciação (comunicação como processo), da expressão (plano dos significantes e da sua organização), das relações (relações que os elementos do texto mantêm entre si) e do discurso (estrutura profunda). Segundo Gomes (2007), é no momento da interpretação dos resultados que identificamos se os dados levantados são suficientes ou não para estabelecermos uma conclusão apropriada.

Nesse sentido, optamos por complementar e integrar os dados produzidos durante a AC com a ajuda da análise de discurso. À época de publicação do livro *Análise de Conteúdo* (1977), Bardin se refere à análise automática de discurso (AAD)⁹, de M. Pêcheux. A pesquisadora justifica o uso da AAD como parte da AC por buscar inferências a partir de uma estrutura profunda, ou processos de produção; por adentrar a sociologia do discurso e estabelecer relações com as condições de produção; e porque a AAD procura fazer a mesma função da AC, mas com outros meios. A Análise do Discurso, como disciplina, passa a ser definida por nós como uma análise multifacetada que valoriza um estudo sistêmico do discurso como realidade social formada a partir de um processo de co-construção, em constante diálogo com diversas áreas, sendo elas igualmente heterogêneas, como afirma Pêcheux (1982). Seguindo essa posição teórica, deixamos de olhar para a língua como atravessada por uma divisão discursiva na qual se efetiva manipulação de significações, estabilizadas com uso de “higiene pedagógica do pensamento”. Isso quer dizer que a AD nos auxilia a entender as negações das transformações do sentido, especialmente as construções discursivas em que se escapa da norma, com oscilações do próprio sentido, criando indefinições de interpretações, das quais o próprio PÊCHEUX (1982) nos lembra. Para essas construções, tentaremos apontar a partir de um movimento de descrição, interpretação e análise enquanto abordagem possível de documentos oficiais e do processo de cooficialização de línguas, como é o caso do Talian. Assim, enxergamos a Análise do Discurso como espaço de investigação e prática social, definido pela forma como toma as diferentes realidades discursivas como objetos de análise, com objetivo

⁹ Publicado em 1969, considerado como um dos primeiros e principais autores do que hoje se considera convencionalmente como Análise do Discurso. Para um melhor entendimento da importância e da trajetória da área após Pêcheux, sugerimos ler o histórico proporcionado por Orlandi (2003).

de as tornar mais perceptíveis e compreensíveis, por meio da explicitação das suas engrenagens e disputas linguísticas, pragmáticas, sociais, políticas etc.

Não obstante, alguns estudos brasileiros têm se inclinado a comparar os dois tipos de análises (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005; CAREGNATO; MUTTI, 2006), explanando as formas de acesso ao objeto. Rocha e Deusdará focam na “construção de uma perspectiva discursiva à luz das insuficiências do trabalho desenvolvido pela Análise do Conteúdo” (2005, p. 322), chegando a elaborar um quadro comparativo das concepções de objeto de pesquisa, do pesquisador, da concepção de texto, linguagem e ciência, argumentando que a AC pode funcionar como uma espécie de encaminhamento para os trabalhos em AD, pois é muito mais ampla para a compreensão do texto enquanto prática social dotada de múltiplos sentidos. Somam-se a essa ideia comparativa, as proposições de Caregnato e Mutti (2006):

A maior diferença entre as duas formas de análises é que a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo; já a AC trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade lingüística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação. Enquanto a AD busca os efeitos de sentido relacionados ao discurso, a AC fixa-se apenas no conteúdo do texto, sem fazer relações além deste. A AD preocupa-se em compreender os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso; já a AC espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683-684).

Cientes das diferenças estabelecidas entre AC e AD pelos pesquisadores, precisamos esclarecer que nosso objetivo é fazer a análise textual da ata da audiência pública, perpassando pela AC como está proposta em Análise de conteúdo (1977) e empregada na pesquisa qualitativa por Sousa e Santos (2020) em artigo recente. É preciso lembrar que na época de publicação do livro da Bardin, a AD (PÊCHEAUX, 1969) ainda estava em seu início, tendo essa última avançado ao status de teoria. Nesse sentido, não se trata, aqui, de uma comparação entre as duas, mas sim da adoção de um percurso teórico metodológico consistente e profícuo o suficiente para dar conta desta pesquisa qualitativa que analisa um documento público que envolve a cooficialização de uma língua no Brasil.

3 Percorso metodológico

Esta pesquisa documental, dentro de um estudo de caso, busca demonstrar como analisamos e interpretamos a ata da audiência pública, documento público, de cooficialização do Talian, segundo os preceitos teóricos-metodológicos da AC e AD, de modo que contribua para as discussões sobre os processos de legitimação da diversidade linguística no Brasil e da sustentação política de projetos como as

cooficializações de línguas perante a sociedade. Segundo Sá-Silva (2009), usar documentos em pesquisa permite associar a dimensão do tempo ao social, observando o processo de maturação e evolução das práticas sociais. Quando utilizamos documentos, objetivamos

extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores – cujos objetos são documentos – estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (SILVA, p. 04).

Assim, “a pesquisa documental apresenta aspectos, características, procedimentos e métodos específicos que devem ser considerados pelo pesquisador para a garantia da efetividade de uma investigação interessada em seu emprego” (FONTANA; PEREIRA, 2023, p. 57), de tal sorte que chegue onde outra técnica dificilmente chegaria para promover o retrato social da ata de cooficialização do Talian.

Logo, com o referencial teórico, seguiremos apenas, nesta seção, os passos metodológicos da AC: 1) pré-análise – leitura flutuante, escolha dos documentos, (re)formulação dos objetivos e hipóteses, elaboração de indicadores e preparação do material; e 2) exploração do material – criação das categorias. A terceira etapa, o tratamento dos resultados e interpretações por meio da AD, estará na seção seguinte.

Nossa leitura flutuante partiu da leitura de quatro documentos relacionados à cooficialização do Talian em Serafina Corrêa-RS durante as aulas da disciplina “Ensino de Línguas: discursos e políticas”: a Ata nº 04/2009 da audiência pública, Projeto de lei nº 098/2009, Lei nº 2615/2009 e notícia publicada no site do IPOL em 2009. Tais documentos foram fundamentais para compreender o processo de cooficialização da língua como um todo. Contudo, na escolha dos documentos, neste caso a ata da audiência pública, optamos por esta pelo seu caráter discursivo ao qual todo o público presente na reunião é dada oportunidade de fala. Entendemos essa iniciativa de escuta da população como passo inicial, e obrigatório, para a cooficialização do Talian.

Logo, a (re)formulação dos objetivos incidiu diretamente sobre qual técnica de análise, dentre as propostas por Bardin (1977), para interpretação dos dados. Como a materialidade discursiva do texto, que circula no âmbito das políticas linguísticas, envolve uma série de eventos, argumentos, opiniões e referências, optamos por dar ênfase neste documento, restringindo o corpus. Essa decisão nos permitiu a elaboração de indicadores mais consistentes para análise, uma vez que a preparação do material já havia sido feita conforme esta metodologia.

O objetivo da segunda etapa da AC é a exploração do material e a criação de categorias. A análise categorial consiste no “desmembramento e posterior agrupamento ou reagrupamento das unidades de registro do texto” (SOUSA;

SANTOS, 2020, p. 1401). Há duas maneiras de estabelecer as categorias: antes ou depois da sistematização dos elementos. Assim como em Sousa e Santos (2020), elas foram estabelecidas a posteriori, à medida em que os grupos semânticos foram aparecendo. Isto é, “neste segmento, a definição das categorias é classificada, apontando os elementos constitutivos de uma analogia significativa na pesquisa, isto é, das categorias” (SOUSA; SANTOS, 2020, p. 1401).

Chamamos os grupos semânticos o conjunto das unidades de registro, que são as palavras ou expressões que fazem parte de um mesmo campo de sinônimos. Por exemplo, estabelecemos inicialmente as 9 unidades de registro *bens imateriais, pessoas, gêneros textuais, palavras fortes, eventos, temas, datas, ações e instituições/lugares* para identificar a frequência das expressões na ata. Após o estabelecimento das unidades de registro, passamos à codificação. Esse procedimento reagrupa as 9 categorias iniciais em 6, *palavra (unidade de pertinência), tema, objeto ou referente, personagem, acontecimento e documento*, utilizando o mesmo critério semântico e frequência.

Nessa fase, ainda tínhamos muitos dados, o que nos demandou uma nova categorização a partir das 6 anteriores. Dessa vez, elaboramos um quadro separado para cada categoria para que os dados fossem visualizados com mais objetividade. Ressaltamos o alinhamento aos preceitos de exclusão mútua homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade estabelecidos em Bardin (1977) em nossa elaboração do quadro 3¹⁰. Esses critérios foram adotados em prol de uma identificação mais completa da codificação.

Chegamos, por fim, ao quadro definitivo das categorias iniciais, que serão a base das categorias intermediárias.

Quadro 01 – Categorias iniciais

Categoria inicial
1 Necessário, necessidade e interessante.
2 Reconhecimento como cooficial.
3 Registrando o pioneirismo ao apresentar a proposta.
4 O povo nas dimensões de imigração, gerações, formação cultural diversificada.
5 Transformações da grade curricular.
6 Patrimônio histórico e cultural, manifestado pelos projetos culturais e linguísticos e formação educacional
7 O Talian é conhecido como dialeto vênето-brasileiro falado.
8 Instituições do Rio Grande do Sul envolvidas são CNE, UCS, jornais.
9 O município de Serafina Corrêa é representado pela Câmara de vereadores e seus grupos de trabalho e CCJ, Associações de imprensa, Escolas, comissões e entidades diversas.
10 As instituições nacionais são o CNE e o IPHAN.
11 A Itália é o país de onde vieram os imigrantes.

¹⁰ O quadro completo está nos apêndices.

12 Audiência pública para edição de lei de preservação e valorização do Talian.
13 Eventos como encontros de imprensa ligados à cultura italiana
14 Pedidos de registro e projeto de lei culminaram na Lei nº 13.178/2009
15 Livros, dicionários, registros literários e vocabulários foram publicados em Talian ou bilíngue.
16 Leis e declarações serviram de base para a criação da lei 13.178/2009.

Fonte: elaborado pelos autores

Convém esclarecer que as categorias intermediárias foram formadas pelas categorias iniciais e o conceito norteador, que é uma ideia geral proveniente da categoria inicial e que direciona para formação das categorias intermediárias. Após uma nova codificação das categorias iniciais nos eixos sociedade, língua e política, conseguimos estabelecer o conceito que as une e como ele resulta na categoria final. Assim notamos em Sousa e Santos (2020) todas essas codificações são construídas com base no que há no nosso objeto de pesquisa.

Quadro 02 – Categorias iniciais

Categorias intermediárias		
<i>Categoria intermediária</i>	<i>Conceito norteador</i>	<i>Categoria final</i>
<p>Sociedade</p> <p>1 Necessário, necessidade e interessante.</p> <p>4 O povo nas dimensões de imigração, gerações, formação cultural diversificada.</p> <p>11 A Itália é o país de onde vieram os imigrantes.</p> <p>13 Eventos como encontros de imprensa ligados à cultura italiana</p>	<p>O povo nas dimensões de imigração da Itália, gerações, formação cultural diversificada vê necessidade de manter eventos e imprensa ligados à cultura italiana.</p>	<p>Sentimento de manutenção de aspectos culturais italianos.</p>
<p>Língua</p> <p>2 Reconhecimento com cooficial.</p> <p>7 O Talian é conhecido como dialeto vênето-brasileiro falado.</p> <p>15 Livros, dicionários, registros literários e vocabulários foram publicados em Talian ou bilíngue.</p>	<p>Livros, dicionários, registros literários e vocabulários foram publicados em Talian ou bilíngue, o que daria substância à cooficialização.</p>	<p>Por já ter materiais e ou sobre o Talian, ele merece o reconhecimento como cooficial.</p>
<p>Política</p> <p>3 Registrando o pioneirismo ao apresentar a proposta.</p> <p>5 Transformações da grade curricular.</p> <p>6 Patrimônio histórico e cultural, manifestado pelos projetos culturais e linguísticos e formação educacional.</p>	<p>Patrimônio histórico e cultural, manifestado pelos projetos culturais e linguísticos em diversos segmentos do Rio Grande do Sul, a câmara legislativa de Serafina Corrêa entende o pioneirismo da petição por meio das diversas ações políticas, como grupos de</p>	<p>Força política municipal cooficializa o Talian em Serafina Corrêa.</p>

<p>8 Instituições do Rio Grande do Sul envolvidas são CNE, UCS, jornais.</p> <p>9 O município de Serafina Corrêa é representado pela Câmara de vereadores e seus grupos de trabalho e CCJ, Associações de imprensa, Escolas, comissões e entidades diversas.</p> <p>10 As instituições nacionais são o CNE e o IPHAN.</p> <p>12 Audiência pública para edição de lei de preservação e valorização do Talian.</p> <p>14 Pedidos de registro e projeto de lei culminaram na Lei nº 13.178/2009.</p> <p>16 Leis e declarações serviram de base para a criação da lei 2615/2009.</p>	<p>trabalho, comissões e audiências públicas, ao tornar o Talian como língua cooficial.</p>	
--	---	--

Fonte: elaborado pelos autores

Tendo estabelecido as categorias finais, chegamos aos dados que se configuram como resultados da análise de conteúdo. É nesse momento que alcançamos o final da exploração e partimos para o tratamento dos dados e interpretação. Necessário salientar que a última fase também é feita com o mesmo rigor metodológico das anteriores¹¹, tanto que Bardin (1977) recomenda técnicas distintas que podem ser adotadas. Isso não quer dizer que a subjetividade dos pesquisadores está impedida, mas que ela sim deve transcorrer ao longo das análises amparadas teórica e metodologicamente. É como essa perspectiva que interpretamos os resultados a partir da AD¹².

4 Resultados e discussão dos dados

Este estudo científico de construção de um arcabouço analítico de documento legislativo que compõe o processo de cooficialização do Talian, com base teórico-

¹¹ Em *Muita Bardin, pouca qualidade: uma avaliação sobre as análises de conteúdo qualitativas no Brasil* (2022), Sampaio et al utilizaram a análise de conteúdo para investigar quais são os principais equívocos no uso dessa técnica.

¹² Bardin (1977) recomenda, dentre outras, a *Análise Automática de Discurso* (1969), de Pêcheux. Contudo, houve tantos novos estudos e avanços nessa área que optamos pela recente *Análise de Discurso*, tomando como base a contribuição de Orlandi (2003) que caracteriza a vertente brasileira desta disciplina.

metodológico da AC e da AD, permite um olhar para chegar à terceira etapa da AC é o tratamento dos resultados - interpretação dos resultados. Nessa fase, utilizamos uma das técnicas recomendadas por Bardin.

O prestígio e dedicação de alguns membros com certo poder político-econômico de manutenção de aspectos culturais e linguísticos italianos fizeram com que a força política municipal levasse a língua vêneta-brasileira ao status de língua cooficial Talian de Serafina Corrêa. A valorização do Talian como patrimônio histórico e cultural provocou interesse na cooficialização da língua, que ainda não gozava da legitimação de ser uma língua reconhecida por lei. Além de produzir e publicar materiais em Talian, o Município deverá providenciar meios de difusão da língua, assim como os falantes deverão repassar suas tradições às novas gerações. O reconhecimento do Talian, falado nas manifestações artísticas, como patrimônio, não foi suficiente para a Câmara municipal de Serafina Corrêa, que protagonizou o processo de cooficialização.

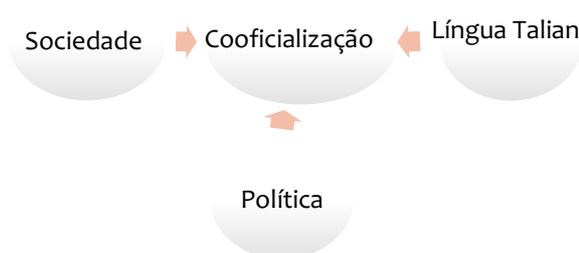
O primeiro texto sob análise discursiva é a ata nº 04/2009 da audiência pública realizada em 17 de setembro de 2009. Cabe lembrar que esse gênero discursivo tem por objetivo registrar os eventos mais importantes de uma reunião e como tal faz uso de linguagem denotativa padrão com caráter expositivo. “A ela é atribuída a função de relatar detalhadamente o que ocorreu em uma assembleia, convocação ou reunião sendo redigida normalmente pelo secretário” (NICOLAU; SILVA, 2015, p. 175). Além disso, há predomínio da função referencial, focada na imparcialidade para maior exatidão da mensagem e assinatura dos presentes.

Esta ata atendeu à audiência pública realizada pela Câmara de Vereadores de Serafina Corrêa-RS na data referida para ampla discussão da cooficialização do Talian. Em resumo, estavam presentes vereadores, secretários municipais, prefeito e membros de entidades da sociedade civil, que falaram sobre o histórico do então dialeto vêneta-brasileiro e a importância social, cultural e econômica para a cidade de Serafina Corrêa, tendo já sido reconhecido pelo Estado do Rio Grande do Sul e pelo país como Patrimônio Histórico e Cultural. O objetivo da reunião pública era discutir se seria interessante que o município avançasse e reconhecesse o Talian como língua cooficial, o que acabou sendo aceito e dada continuidade no processo.

Utilizaremos para análise discursiva as noções de recorte, isto é, “as partes do discurso em análise e dos que servirão como objeto de cotejo (que deverá revelar o não-dito, os silenciamentos e as contradições de ordem ideológica)” (VOESE, 2002, p. 193). Por meio da análise de conteúdo anteriormente aplicada encontramos os “ditos” do texto, agora passamos aos não-ditos, aos silenciamentos e às contradições. Proceder dessa forma ratifica a aproximação da AC e da AD, na qual uma complementa e tensiona a outra ao invés de uma postura comparativa. Para ilustrar as categorias mencionadas e identificar os recortes do texto, elaboramos um diagrama no qual os

pilares da cooficialização atuam. O primeiro eixo é o social representado pelas ações sociais, o segundo é a língua Talian e o terceiro é a ação política. Apesar de compactuarmos com a ideia de língua como fato social e, portanto, inseparável da sociedade (ORLANDI, 2003, 2010), optamos por categorizar dessa forma para que o contexto de cooficialização pudesse ser compreendido tanto pela análise de conteúdo como pela análise de discurso de linha brasileira (ORLANDI, 2003).

Figura 1 – Tripé da cooficialização do Talian



Fonte: elaborada pelos autores

O termo cooficialização está centrado em nosso diagrama por ser o objetivo central, cujos atores movem forças em sua direção. Para isso descrevemos primeiramente as marcas linguísticas do enunciado provenientes da Análise de conteúdo para encontrar “ditos” do texto. Em seguida, passamos às marcas enunciativas da enunciação, discorrendo sobre quem diz a quem e como se diz. Por fim, trataremos das marcas da formação discursiva e da ideologia o porquê do que foi dito como foi.

O eixo **sociedade** mostrou 4 destaques: necessário, necessidade e interessante; o povo nas dimensões de imigração, gerações, formação cultural diversificada; a Itália é o país de onde vieram os imigrantes; e eventos como encontros de imprensa ligados à cultura italiana. O povo nas dimensões de imigração da Itália, gerações, formação cultural diversificada vê necessidade de manter eventos e mídias ligados à cultura italiana. Vemos inclusive o papel fundamental da mídia como meio de difusão da língua. Logo, chegamos ao dito sentimento de manutenção de aspectos culturais italianos.

O eixo **política** apresentou 9 pontos principais: Registrando o pioneirismo ao apresentar a proposta; transformações da grade curricular; patrimônio histórico e cultural, manifestado pelos projetos culturais e linguísticos e formação educacional; instituições do Rio Grande do Sul envolvidas são CNE, UCS, jornais; o município de Serafina Corrêa é representado pela Câmara de vereadores e seus grupos de trabalho e CCJ, Associações de imprensa, Escolas, comissões e entidades diversas; as

instituições nacionais são o CNE e o IPHAN; audiência pública para edição de lei de preservação e valorização do Talian; pedidos de registro e projeto de lei culminaram na Lei nº 2615/2009; e leis e declarações serviram de base para a criação da lei 2615/2009. Isso significa que o Talian foi reconhecido como Patrimônio histórico e cultural, manifestado pelos projetos culturais e linguísticos em diversos segmentos políticos do Rio Grande do Sul e do Brasil, a câmara legislativa de Serafina Corrêa entende seu pioneirismo da petição por meio das diversas ações políticas, como grupos de trabalho, comissões e audiências públicas, ao tornar o Talian como língua cooficial. Em suma, foi a força política municipal que se mobilizou para a cooficialização do Talian em Serafina Corrêa.

No eixo **língua**, destacamos três ideias centrais por meio das marcas linguísticas: o reconhecimento como cooficial; o Talian é conhecido como dialeto vênето-brasileiro falado; e livros, dicionários, registros literários e vocabulários foram publicados em Talian ou bilíngue desde 1924. Isso daria substância à cooficialização. Ou seja, o texto diz que por já haver materiais em/ou sobre o Talian, ele mereceria o reconhecimento como cooficial. Logo, depreendemos que o conceito de língua está associado à fala e ao seu inventário: é uma língua porque, além de falada, já existem bibliografias sobre ela.

As marcas enunciativas se referem a um contexto imediato da enunciação: “quem diz a quem”. Neste caso, a ata da audiência pública foi lavrada por determinação do Relator da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Paulo José Massolini, por ele e pelo presidente da CCJ assinada, acompanhada da lista de presença com respectivas assinaturas. Citamos as entidades presentes: “Vereador Olivan Luiz Castro (Presidente da CCJ), Vereador Paulo José Massolini (Relator da CCJ), Vice-Prefeito Flávio José Breda; Presidente da Câmara, Vereador Arnaldo Luiz Pacassa; e Vereadores Francisco Bernardo Mezzomo e Jairo Vidmar. Presentes, também, Secretários Municipais, representantes de conselhos municipais, sindicatos, cooperativas, autônomos; servidores públicos e imprensa local” (SERAFINA CORRÊA, 2009, p. 01). Por ser o responsável pela condução da audiência, o vereador, relator da CCJ, médico, Paulo José Massolini (DEM), teve sua voz retratada em muitos momentos por via de discurso direto ou indireto. Foi utilizada a norma-padrão da língua portuguesa para redigir o texto de 9 páginas de extensão, o que dá a entender uma longa duração da reunião.

A ata por natureza é de autoria coletiva, mas escrita por um secretário ou membro designado em reunião, o qual re-textualiza do oral para o escrito os discursos ocorridos. Para Nicolau e Silva (2015, p. 180), “realiza-se a produção de um novo texto a partir de textos-base, sobretudo de falas. Portanto, fica evidente a presença do discurso reportado em suas diversas modalidades como uma unidade integral da construção do discurso da ata”. Assim, o redator precisou utilizar discurso direto,

indireto ou indireto livre para diferenciar a polifonia discursiva da reunião, bem como recorrer a verbos introdutórios de opinião ou ilocucionários como disse, declarou ou afirmou.

As escolhas lexicais permitem identificar uma forte motivação em fazer com que o município de Serafina Corrêa-RS reconheça o Talian como língua cooficial, apontando os benefícios e as razões de fazê-lo. Assim, destacamos as mais recorrentes: interessante, imigração, gerações, cultura, reconhecimento, inventário de línguas, necessário/necessidade, transformações e povo. Já o emprego de verbos no pretérito constitui uma modalização que indica forte apego ao passado (foram fixados, predominou, foi criado, promoveu), à história e às tradições, assim como os verbos associados ao presente, como apresentar a proposta, registrando, normatizar, preservar, conduzem à ideia ações que estão sendo legitimadas.

Isto é, a força argumentativa do material linguístico está centrada na valorização do passado e sua necessidade de preservação de uma identidade cultural para que as gerações futuras tenham acesso, por conseguinte. Tais modalizações não permitem discordância dessa “necessidade de cooficialização”, uma vez que conduzem o interlocutor à adesão do discurso pelo forte apelo. Como interlocutor podemos considerar duas perspectivas, as entidades presentes e os leitores do processo de cooficialização da língua Talian, que seriam a própria câmara de vereadores e a prefeitura. A audiência pública realmente lotou a casa legislativa (Câmara de Vereadores de Serafina Corrêa, 2009), muito embora não seja possível identificar as falas dos representantes de conselhos municipais, sindicatos, cooperativas, autônomos; servidores públicos ou imprensa local, apenas de um padre.

O contexto mediato ou extralinguístico não só dessa audiência, mas também do Projeto de lei nº 098/2009 e da Lei de cooficialização nº 2615/2009 pode ser descrito conforme a pesquisa documental realizada em buscadores de internet além de redes sociais. Essa opção metodológica se justifica pelo fato de concebermos a língua como fato social, ou seja, o Talian era uma prática comum dos moradores de Serafina Corrêa-RS. Partindo do pressuposto que a Comissão de estudos para unificação do Talian, composta pelos 11 homens a saber: Frei Rovilio Costa, Mário Gardelin (jornalista), Júlio Posenato (arquiteto), Silvino Santin (professor universitário), Roberto Mauro Arroque (médico), Honório Tonial (escritor), Darcy Loss Luzzatto (professor e linguista), Edy Damian (empresário), Newton Bortolotto (arquiteto), Antônio Alberti (empresário) e Paulo José Massolini (médico) na condição de Coordenador, fez um levantamento concreto da história e documentação da língua, direcionamos nosso olhar ao socialmente instituído ao local, à época e às circunstâncias em que o enunciado foi produzido.

A década de 2000-2010 foi marcada pelas ações de cooficialização de línguas no Brasil. Além da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), mais conhecida, em 2002, e toda a

sua história de luta para que fosse reconhecida e difundida, outras movimentações de cooficialização seguiram suas lutas também combater a discriminação linguísticas e sociais de seus falantes. Era um contexto de luta por direitos linguísticos de povos historicamente marginalizados na sociedade brasileira, inclusive pela ilusão do monolinguismo. Assim, “oficializar uma língua significa que o estado reconhece sua existência e reconhece aos seus falantes a possibilidade de não terem de mudar de língua sempre que queiram se expressar publicamente” (OLIVEIRA; MORELLO, 2007, p. 40). A jurisprudência criada pela lei de cooficialização das línguas tukano, baniwa e nheengatu no município de São Gabriel da Cachoeira-AM fomentou a iniciativa de outros municípios em reconhecer as línguas autóctones, crioulas, alóctones ou afro-brasileiras, como descreve Morello:

De 2002 a 2016, foram cooficializadas 11 línguas em 19 municípios brasileiros. Destas, quatro são alóctones, ou seja, faladas por descendentes de imigrantes: pomerano, em Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Pancas, Laranja da Terra e Vila Pavão, no Espírito Santo, e em Canguçu, no Rio Grande do Sul; Talian, em Serafina Corrêa, Paraí e Nova Roma do Sul, no Rio Grande do Sul, e em Nova Erechim, Santa Catarina; hunsrückisch, em Antônio Carlos, Santa Catarina, e Santa Maria do Herval, Rio Grande do Sul, e alemão, em Pomerode, Santa Catarina. Outras sete são autóctones, ou seja, indígenas: nheengatu, baniwa e tukano, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas; guarani, em Tacuru, no Mato Grosso do Sul; akwê xerente, em Tocantínia, Tocantins; e macuxi e wapixana, em Roraima. No âmbito nacional, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) passou também a ser cooficial em 2002, e a lei foi regulamentada em 2005 (MORELLO, 2016, p. 434-435).

Essas circunstâncias encontraram força e apoio no Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL) e no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Evidentemente, essas ações configuram um avanço na gestão das línguas brasileiras de modo que o próprio IBGE em 2010 já perguntava sobre as línguas que as pessoas falavam em casa. O que difere o movimento do Talian, de certo modo, é que as ações foram tomadas por agentes políticos e uma pequena elite que tinham intuito de valorizar uma língua e uma cultura provinda de um país central como a Itália e gozar de status de pioneirismo na região. Não se tratava de uma questão de discriminação linguística, como se pode comprovar pela ausência do termo nas atas que compõem o processo de cooficialização.

As marcas da formação discursiva e da ideologia que compõem o acontecimento ajudam a responder “por que se diz o que se diz do modo como se diz”. Podemos começar pelos controles do discurso e suas condições de emergência. As autoridades públicas apresentam a ideia de que o Talian, por ser uma língua já falada e documentada, deve ser cooficializado pelo município para sua valorização e

disseminação às novas gerações. O discurso político pode ser entendido como uma forma de comunicação à população de suas propostas, pretendendo convencer e ratificar suas ideias, nem sempre oriunda de uma escuta da população.

Ao retomarmos as categorias iniciais de análise, veremos 9 referências às atitudes da câmara municipal (política), ou seja, mais que as outras duas (língua e sociedade representam juntas apenas 7). É um contexto onde importa mais validar as ações de determinado grupo político do que a própria concepção de língua e como ela representa a sociedade serafinense. Para além da cooficialização em si, há certa vaidade em descrever as ações da câmara ao apresentar um projeto político, uma vez que havia um sentimento de valorizar uma cultura vinculada à imigração italiana.

A ata aponta para um autor que pertence a uma formação discursiva que lhe permite enunciar orgulhosamente um grande feito que lhe traria prestígio social e pioneirismo ao reafirmar a identidade ítalo-brasileira e a língua de imigração. Chegamos, assim, à noção de metáfora, que estabelece “o modo como as palavras significam” (ORLANDI, 2010, p. 44). Essa figura de linguagem remonta uma determinação ideológica observável:

a) **O sentimento de manutenção de aspectos culturais e linguísticos italianos:** a Itália é um país europeu de primeiro mundo com características socioculturais de prestígio no mundo ocidental. Muitas famílias italianas da região vêneta emigraram e fixaram residência na região de Serafina Corrêa no final do século XIX e início do século XX. Logo, é melhor se identificar com a cultura de um país central do que perdê-la no tempo e não ter uma marca identitária de alto valor social que o diferencie dos demais.

b) **Por já ter também um inventário linguístico, o Talian já poderia ser uma língua cooficial:** Ser o primeiro município do estado do Rio Grande do Sul e o segundo do Brasil a tornar uma língua brasileira cooficial era de um pioneirismo marcante. Ter uma língua de imigração protegida por lei não só garantiria seu uso nos diversos setores da sociedade como também abriria oportunidade para seu ensinamento em instituições oficiais, além de dar destaque ao município.

c) **A força política municipal leva a língua vêneta-brasileira ao status de patrimônio:** o grupo de estudos do Talian era composto por vereadores, com apoio político da gestão municipal da época, e profissionais liberais com nível superior. Os presentes na audiência eram vinculados ao setor público: secretários, servidores, prefeito e vice-prefeito. Nominalmente eram sete agentes políticos e sete grupos sociais. Na foto oficial da audiência (CÂMARA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA, 2009), são cerca de 80 pessoas, o que não chega a 1% da população da cidade.

A formação discursiva a que pertence a autoria coletiva determina que os agentes políticos apresentem suas propostas e se autopromovam por meio delas, sem abrir espaços de diálogos com a população, mantendo as relações hierárquicas de micropoder deste grupo que tem mais poder. Segundo Orlandi (2010, p. 44), “é pela

referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos”.

Dando continuidade ao roteiro de análise proposto por Voese (2002), passamos aos silenciamentos do texto, “ao acolher as noções de arquivo e de recorte, propõe-se a um cotejo que deve, revelando os silenciamentos do texto, jogar luzes sobre o conflito social que é a gênese da ideologia” (p. 202). É o momento de se falar das contradições e das divergências que precisam ser apagadas, para mascarar o conflito. O cotejo dos eixos pode ser feito do seguinte modo:

Quadro 1 – Contradições e divergências

Sociedade	Língua	Política
Dificuldade de adaptação ao uso e manutenção da língua Talian.	Língua não precisa ser inventariada para existir.	A sociedade consegue aprovar lei sem o apoio de parlamentares.
Conflito de identidade italiana e brasileira.	Nem todas as línguas têm escrita constituída.	Diversos setores da sociedade fazem parte do processo de cooficialização.
O sentimento de valorização da cultura não é partilhado por todos.	Nem todos os serafinenses falam Talian.	Não menciona orçamento para a proposta.

Fonte: elaborado/a pelo autor/a

Em suma, a ata silencia os que não sabem ou não valorizam o Talian, as línguas ágrafas, a participação popular e os recursos públicos para a cooficialização. Além do mais, se uma língua precisa ter sua valorização reivindicada, é porque os falantes identificam um apagamento de sua diversidade. Tomando esse mascaramento das contradições a respeito da cooficialização como pistas de uma ação ideológica que procura impor uma determinação linguístico-social, em que se utilize a nova língua ou seja bilíngue. Nesse modelo, o Talian é sinônimo de valorização cultural italiana em detrimento das demais, ao passo que se torna sinônimo de cooficialização: poder da máquina pública em legitimar a língua. O tom indica que o autor coletivo tem interesse em convencer a si e a outrem, seja para aprovar a lei de cooficialização por necessidade ou por objetivos políticos outros.

A atividade lingüística do autor, procurando apagar o que se alistou como silenciamentos, ou seja, as contradições em relação a outros ditos possíveis, confirma a idéia de que, numa dada formação social, há

discursos diferentes sobre a mesma temática, ligados, porém, a diferentes formações discursivas e determinados por ideologias antagônicas. E isso remete à idéia de conflito (VOESE, 2002, p. 207).

Este sujeito coletivo é assujeitado pelo forte apego ao passado, que usa dos instrumentos e posição de poder diante de um grupo para impor por força de lei uma língua alóctone. Os sentidos são estabelecidos na relação simbólica que o sujeito faz por meio da língua. Assim a ideologia que ora se verifica na análise “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2010, p. 46), bem como “conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade” (ORLANDI, 2010, p.48). É a ata de audiência pública na qual não houve participação do público, pois a polifonia consistiu nos próprios membros do Grupo de trabalho e autoridades públicas municipais, além de um padre. Portanto, acreditamos que a interpelação do sujeito pela ideologia silenciou os que não falam a língua Talian de modo que não houve questionamento sobre os gastos públicos declarados para execução ou pelo modo como essa língua ia ser gerida em termos de política pública.

2 Considerações finais

Além de identificar a recorrência dos termos na ata, mostramos os "pesos" que os autores deram a eles e toda oratória do que tentou se colocar no nível mais superficial, denotativo para convencer os ouvintes da necessidade de valorização do Talian por meio de lei municipal.

A análise discursiva ora empreendida foi desenvolvida a partir da leitura de Voese (2002), iniciando com o que se diz, seguindo para o como se diz e direção ao porquê se diz em determinada enunciação. Evidentemente, para se responder a essas perguntas iniciais foram necessários desmembramentos e recortes no texto de modo que se esclarecesse os fatos observados. Então, encontramos por meio da análise de conteúdo as categorias intermediárias sociedade, língua e política como subdivisões semânticas da ata da audiência pública em direção à análise de discurso que sedimenta este estudo.

Verificamos uma ação de uma parcela da sociedade de Serafina Corrêa-RS mais abastada financeira e politicamente, realizando um processo de convencimento e legitimação para cooficializar uma língua de imigração, sem discorrer especificamente sobre os recursos orçamentários da prefeitura para implementação dessa política. Por meio da formação discursiva do autor coletivo da ata da audiência pública ora analisada, identificamos o sentimento de valorização da língua de imigração, entendida como de prestígio por ser proveniente da Itália. A reflexão aqui feita não é contrária a cooficialização de línguas brasileiras, salvaguarda ou promoção, ou ainda que a gestão política de línguas não seja necessária nessa pluralidade brasileira, mas

sim discutindo o modo como as partes conduziram a reunião pública sem a participação efetiva do público.

Dentre os resultados, por fim, ressaltamos uma pequena elite que cria uma estratégia discursiva de valorização da língua para usar a força do Estado como seu instrumento de poder para legitimar uma proposta para a qual não sabemos o quanto representa o desejo dos munícipes. As considerações finais a que chegamos são que, apesar do discurso político motivado por razões mais particulares do que coletivas, a cooficialização é um avanço para as políticas linguísticas no Brasil e, portanto, deve ser observado, analisado e discutido constantemente.

Referências

AJSIC, A; MCGROARTY, M. Mapping Language Ideologies. **Research Methods in Language Policy and Planning: A Practical Guide**. London: John Wiley & Sons, 2015. p. 45-55.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa edições, 1977.

BICUDO, M. A. V. A pesquisa Qualitativa e suas Questões Filosóficas e Científicas. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 11, p. 91-107, 2006.

BICUDO, M. A. V. A lógica da pesquisa qualitativa e os modos de procedimentos nela fundados. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 9, n. 22, p. 540-552, 2021.

CÂMARA DE VEREADORES DE SERAFINA CORRÊA. **Casa Lotada em Audiência Pública sobre dialeto Talian**. 2009. Disponível em http://www.legislativoserafina.com.br/site/noticia/noticia_detalhe.php?gCdNoticia=416. Acesso em 23 de abr. de 2023.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

COMIOTTO, A. F. Ensino de línguas minoritárias: uma revisão de literatura sobre o Talian. **UniLetras**, v. 43, p. 1-21, 2021.

CROKER, R A. An introduction to qualitative research. **Qualitative research in applied linguistics: A practical introduction**, p. 3-24, 2009.

FONTANA, F.; PEREIRA, A. C. T. Pesquisa documental. **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. 2. ed. Ponta Grossa-PR: Atena, 2023, p. 42-58.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes Limitada, 2011. p. 79-108.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/serafina-correa/panorama>. Acesso em 12 de abr. de 2023.

IPOL - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM POLÍTICA LINGUÍSTICA. **Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros**. Acesso em 21 de jun. de 2023.

FISHMAN, C. A. Comparative study of language planning. **Language planning processes**. Cambridge: Walter de Gruyter, 1977. p. 31-39.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, v. 14, n. 2, p. 55-73, 2015.

MAY, S. Language policy and political theory. **Research Methods in Language Policy and Planning: A Practical Guide**. London: John Wiley & Sons, 2015. p. 45-55.

MAYWORM, M. C. C. **Cooficialização de línguas em municípios brasileiros: uma perspectiva à luz do Direito Linguístico**. 2021.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, 2017.

MORELLO, R. Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 33, p. 431-439, 2016.

NICOLAU, R. B. F; SILVA, A. M. C da. Construção de discursos autênticos pelo Secretário Executivo no gênero Ata. **Temática**. Ano XI, n. 10. Outubro/2015.

OLIVEIRA, G. M. de; MORELLO, R. Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras. **Patrimônio – Revista eletrônica do IPHAN**, Campinas, n. 6, jan./fev. 2007.

ORLANDI, E. P. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil**. Anais do I SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso). Porto Alegre, UFRGS, p.1 – 18, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9ª ed. Campinas: Pontes editores, 2010.

PÊCHEUX, M. Sur la (dé)construction des théories linguistiques. **D.R.L.A.V.**, n. 27, p.1-24, 1982.

ROCHA, D; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 305-322, Jul. - Dez. 2005.

ROSSI, G. B; et al. Análise de conteúdo. **ReMark-Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 4, p. 39-48, 2014.

SAMPAIO et al. Muita Bardin, pouca qualidade: uma avaliação sobre as análises de conteúdo qualitativas no Brasil. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v.10, n.25, p. 464-494, set./dez. 2022

SÁ-SILVA, J. R. et al. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SERAFINA CORRÊA, Câmara de vereadores. **Ata nº 04/2009 da Audiência Pública sobre cooficialização do Talian**. Disponível em <http://bit.ly/linguatalian>. Acesso 28 abr 2023.

SPOLSKY, B. **Language policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020.

VOESE, I. Desafios para uma análise do discurso (e para o ensino?). **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, n. 1, p. 187-210, jul./dez. 2002.

YU, M. S. M.; WELTER, V. da S.; BERGER, I. R. A cooficialização de línguas no Brasil: competência legislativa e empoderamento de línguas minoritárias. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2017.

APÊNDICE

QUADRO 3 - Formação das categorias iniciais

Palavra	Sinônimo ou correlato	Categoria inicial
Necessário	necessidade, interessante	Necessário, necessidade e interessante.
Reconhecimento	Cooficial	Reconhecimento com cooficial.
Registrando	Apresentar a proposta, Pioneirismo	Registrando o pioneirismo ao apresentar a proposta.
Povo	Imigração, gerações, formação cultural diversificada	O povo nas dimensões de imigração, gerações, formação cultural diversificada.
Transformações	Grade curricular	Transformações da grade curricular.
Tema	Sinônimo ou correlato	Categoria inicial
Patrimônio histórico e cultural	Formação educacional, Projetos culturais, linguísticos	Patrimônio histórico e cultural, manifestado pelos projetos culturais e linguísticos e formação educacional
Objeto ou referente	Sinônimo ou correlato	Categoria inicial
Talian	diversidade linguística, Língua escrita ou falada, Falar, falas, modo de falar, falado, Dialeto Talian, Vêneto brasileiro, língua vêneta, vêneta Dialeto, língua estrangeira.	O Talian é conhecido como dialeto vêneta-brasileiro falado.
Personagem	Sinônimo ou correlato	Categoria inicial
Rio Grande do Sul/Estado	Âmbito estadual, Conselho estadual de educação, UCS Correio-riograndense – estafeta Riograndense	Instituições do Rio Grande do Sul envolvidas são CNE, UCS, jornais.
Serafina Corrêa	Região, Colônia, Associação dos apresentadores de programas Talian Entidades diversas Cooperativas Sindicatos Entidades organizadas da sociedade civil, Clube de editores do Talian Rio Grande do Sul Imprensa local Comissão de estudos para unificação do Talian, 11 homens na comissão de estudo Escolas/comunidade escolar 4Câmara municipal de vereadores	O município de Serafina Corrêa é representado pela Câmara de vereadores e seus grupos de trabalho e CCJ, Associações de imprensa, Escolas, comissões e entidades diversas.

	de Serafina Corrêa, Plenário Darcy Sobreira Soccol, CCJ, Grupo de trabalho	
Brasil	CNE, IPHAN Assembleias legislativas, Municípios Grupo da diversidade linguística nacional	As instituições nacionais são o CNE e o IPHAN.
Itália		A Itália é o país de onde vieram os imigrantes.
Acontecimento	semântico	Categoria inicial
Audiência pública	Normatizar/normatização, Valorização da língua	Audiência pública para edição de lei de preservação e valorização do Talian.
Eventos ligados à cultura italiana	Primeiro encontro da imprensa veneta do Brasil, segundo encontro da imprensa veneta do Brasil Seminário Nacional sobre línguas	Eventos como encontros de imprensa ligados à cultura italiana
Documento	semântico	Categoria inicial
Lei nº 13.178/2009	Projeto de lei municipal, pedido de registro 2, Livro de registro	Pedidos de registro e projeto de lei culminaram na Lei nº 2615/2009.
Livros	Dicionário Vêneto Rio-grandense-português Vocabulário Vêneto-português 1996 Talian vêneto-brasileiro sem mestre, Dicionário Talian – vêneto-brasileiro, Livro Talian vêneto-brasileiro: noções, histórico e cultura Registro literário, Livro Português-Talian e Adesso Emparemo (Honório Tonial Libro Nanetto Pipetta	Livros, dicionários, registros literários e vocabulários foram publicados em Talian ou bilíngue.
Leis	Constituição Federal, Decretos municipais Lei orgânica municipal de Serafina Corrêa, Declaração dos direitos linguísticos, Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural Plano Nacional dos Direitos Humanos, Lei municipal de São Gabriel da Cachoeira LDB 3 ECA Resolução legislativa nº 4/2002	Leis e declarações serviram de base para a criação da lei 2615/2009.



Language co-officialization in Brazil analysis: the case of Talian language

ABSTRACT:

The aim of this article is to analyze a legislative document regarding the co-officialization of Talian. This is a case study whose object of analysis is Minutes No. 04/2009 of the public hearing meeting for the aforementioned co-officialization in Serafina Corrêa-RS in 2009. It was analyzed under Content Analysis (CA) theoretical-methodological proposals, including Discourse Analysis (DA) for data analysis and discussion. The option of using those Minutes as the corpora is due to the fact that we have identified few analytical studies on legislative co-officialization documents of Brazilian languages. As results of the complete CA, categories that represented the main topics found in the document were focused on issues of Italian cultural engagement, Talian language co-officialization law, and political power. It also provided discursive and ideological data interpretation, which suggests that society, language, and politics are the central elements that sustained the discursive argument for Talian co-officialization.

KEYWORDS:

Language policies;
Content analysis;
Discourse analysis;
Minutes-public hearing;
Languages co-officialization;